



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



PARECER N.º 045/2024, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Ementa: Parecer favorável ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 001/2024, de autoria dos Vereadores Tereza Camilo do Santos, Cristiane Giangarelli, Luís Ferroquina e José Cirineu Machado.

1. RELATÓRIO

O Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 001/2024, apresentado pelos Vereadores Tereza Camilo do Santos, Cristiane Giangarelli, Luís Ferroquina e José Cirineu Machado, propõe alteração no texto da Lei Orgânica, com o fim de adequar sua formatação ao padrão empregado na Constituição Federal, suprimindo o termo “resolução”, retirando a “ementa”, colocando em seu lugar um preambulo.

Além disso, propõe alteração do mandato da Mesa Diretora, que passaria a ser de dois anos, ao invés dos atuais um ano.

O parecer jurídico concluiu pela possibilidade de tramitação do presente projeto de lei.

Eis o relatório.

2. VOTO DA RELATORA

Uma norma é constitucional quando está em conformidade material e formal com a Constituição Federal.

Paulo Bonavides leciona que:

o controle formal é, por excelência, um controle estritamente jurídico. Confere ao órgão que o exerce a competência de examinar se as leis foram elaboradas de conformidade com a Constituição, se houve correta observância das formas estatuídas, se a regra normativa não fere a competência deferida constitucionalmente a um dos poderes, enfim, se a obra do legislador ordinário não contravém preceitos constitucionais pertinentes à organização técnica dos poderes ou às relações horizontais e verticais desses



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



poderes, bem como dos ordenamentos estatais respectivos, como sói acontecer nos sistemas de organização federativa do Estado.¹

No controle formal, em síntese, analisa-se o processo legislativo, portanto, além do próprio rito, se deve analisar a competência para propor e aprovar tal matéria.

A Constituição Federal, em seu artigo 29, definiu que o Município seria regido por Lei Orgânica, que seria aprovada sob os seguintes critérios:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

A Constituição do Estado do Paraná replica esse comando em seu artigo 16:

Art. 16. O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, nesta Constituição e os seguintes preceitos:

A autonomia conferida pela Constituição Federal aos Municípios, exigiu destes, através de suas Câmaras de Vereadores, a elaboração de sua própria “constituição”, a qual foi denominada Lei Orgânica. Da mesma forma, à Câmara de Vereadores compete realizar alterações nessa Lei, de modo a adequá-la ao sociedade contemporânea. A possibilidade de emenda à Lei Orgânica decorre do princípio da simetria, visto que a Constituição Federal prevê igual possibilidade sobre o seu texto, apenas estabelecendo um rito legislativo mais complexo, face a sua rigidez.

O artigo 49, da Lei Orgânica de Guaíra, prevê:

Art. 49 A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal;

¹ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 31. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2016. p. 304.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



III - de 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.

§ 1º A proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 3º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

A proposta de emenda, então, deve ser ratificada por um terço dos vereadores para iniciar sua tramitação. Dada a composição atual da Câmara de Guaíra, esse quantia mínima seria de quatro vereadores, justamente o número de autores da presente proposta.

Além disso, atualmente o Município não está sofrendo intervenção de nenhum tipo, bem como não estamos sob estado de sítio. Portanto, a Lei Orgânica pode ser emendada.

Do aspecto formal, até o presente momento, o projeto de Emenda à Lei Orgânica está adequado ao processo legislativo, portanto, é formalmente constitucional.

Do aspecto material, não é outra a conclusão. A Lei Orgânica é norma legal única, portanto, não pode ser estabelecida através de uma resolução, diploma reservado para matérias de organização interna do Poder Legislativo Municipal. A Lei Orgânica deve seguir o mesmo padrão adotado pela Constituição Federal.

De outro norte, a alteração do mandato da Mesa Diretora é plenamente possível, sendo inclusive o mesmo período adotado pelas duas Casas do Congresso Nacional e pela Assembleia Legislativa do Paraná, além de ser o adotado em várias outras Câmaras, como as de Curitiba e Maringá, por exemplo.

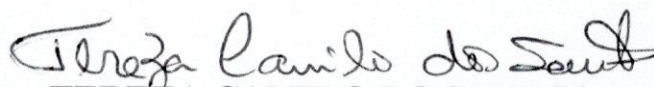


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



Pelas razões aqui expostas, concluo que o projeto de lei é constitucional, de modo que meu **voto é favorável a sua tramitação.**

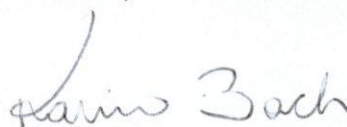
Sala de Reuniões, em 21 de novembro de 2024.


TEREZA CAMILO DO SANTOS
Presidente/Relatora

3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL

A Vereadora Karina Bach acompanha o voto da relatora, sendo a conclusão da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça pela admissibilidade do projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 001/2024.

Sala de Reuniões, em 21 de novembro de 2024.


KARINA BACH
Secretária

Lido em 25.11.2024
JMS